

Refazer – Grupo de Apoio à Criança e ao Adolescente

Relatório do Auditor Independente acompanhado
das Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2017



Grant Thornton

Índice

	Página
Relatório do Auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017	11

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes
Rua Voluntários da Pátria, 89 – 5º andar
Botafogo
Rio de Janeiro | RJ | Brasil

T +55 21 3512-4100
www.grantthornton.com.br

Aos
Administradores e Conselheiros do
Refazer – Grupo de Apoio à Criança e ao Adolescente
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **Refazer – Grupo de Apoio à Criança e ao Adolescente** (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelo efeito descrito na seção a seguir intitulada “base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Refazer – Grupo de Apoio à Criança e ao Adolescente** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Controle de almoxarifado

A Entidade não possui controles internos para mensurar e registrar em sua contabilidade as quantidades valorizadas em Reais que possui no almoxarifado. Não nos foi possível por procedimentos alternativos de auditoria, mensurar o impacto, se houver, nas demonstrações contábeis da Entidade na data-base de 31 de dezembro de 2017.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS

Chamamos atenção para os fatos descritos na nota explicativa nº 18, informando que o Refazer – Grupo de Apoio à Criança e ao Adolescente ajuizou Ação Declaratória nº 0230924-45.2017.4.02.5101 para o reconhecimento de imunidade quanto ao recolhimento de tributos e contribuições federais, bem como a inconstitucionalidade da Lei Federal nº 12.101/09 (alterada pela Lei nº 12.868/13), regulamentada pelo Decreto nº 8.242/14, diante do indeferimento da renovação do CEBAS ao Refazer. Dessa forma, o montante de R\$ 182 mil referente ao INSS patronal dos anos de 2015 a 2017, enquanto não concedida liminar, não está com exigibilidade suspensa. A opinião dos assessores jurídicos da Entidade julga a perda da Ação Declaratória como possível, razão pela qual a Entidade não registrou a referida provisão para perdas judiciais. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentados para fins de comparação, não foram examinadas por nós e nem anteriormente por outro auditor independente e, desta forma, não expressamos opinião sobre os referidos saldos iniciais.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidade de lucros), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração destas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 10 de maio de 2018.


Ana Cristina Linhares Areosa
CT CRC RJ-081.409/O-3

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1 "S" - RJ

Refazer - Grupo de Apoio à Criança e ao Adolescente

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Em reais)

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u> (não auditado)
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	50.040	220.483
Recursos vinculados a projetos	3	119.668	120.214
Contas a receber	4	20.305	14.594
Outros ativos		14.651	24.374
Despesas antecipadas		4.293	3.759
Total do ativo circulante		208.957	383.424
Ativo não circulante			
Imobilizado e intangível	5	267.372	290.576
Total do ativo não circulante		267.372	290.576
Total do ativo		476.329	674.000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Refazer - Grupo de Apoio à Criança e ao Adolescente

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Em reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u> (não auditado)
Passivo circulante			
Obrigações com empregados	7	20.638	24.922
Conta garantida		2.046	-
Contas a pagar	8	36.750	43.585
Obrigações sociais e tributárias a recolher		5.520	4.519
Recursos de patrocínios para realização de projetos	6	119.668	120.214
Total do passivo circulante		<u>184.621</u>	<u>193.240</u>
Patrimônio líquido			
Superávit acumulado		480.760	456.328
Superávit (Déficit) do exercício		(189.052)	24.432
		<u>291.708</u>	<u>480.760</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>476.329</u>	<u>674.000</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Refazer - Grupo de Apoio à Criança e ao Adolescente

Demonstração dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Em reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u> (não auditado)
Receitas operacionais			
Doações recebidas	10	121.331	130.289
Taxa administrativa	10	325.545	374.056
Venda de mercadorias	10	89.090	128.539
Outras receitas	10	76.330	81.730
		----- 612.296	----- 714.614
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	11	(260.418)	(235.591)
Serviços prestados	12	(92.567)	(79.193)
Despesas administrativas	14	(444.101)	(371.790)
		----- (797.085)	----- (686.574)
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	13	(17.007)	(22.661)
Receitas financeiras	13	12.744	19.053
		----- (4.263)	----- (3.608)
Superávit (Déficit) do exercício		----- (189.052)	----- 24.432

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Refazer - Grupo de Apoio à Criança e ao Adolescente

Demonstração do Resultado Abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Superávit (Déficit) do exercício	(189.052)	24.432
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente	<u>(189.052)</u>	<u>(2.000)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Refazer - Grupo de Apoio à Criança e ao Adolescente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Em reais)

	<u>Fundo Patrimonial</u>	<u>Superávit acumulado</u>	<u>Superávit (Déficit) do exercício</u>	<u>Patrimônio Líquido</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015 (não auditado)	433.388	22.940	-	22.940
Superávit do exercício	-	-	24.432	24.432
Saldo em 31 de dezembro de 2016 (não auditado)	<u>433.388</u>	<u>22.940</u>	<u>24.432</u>	<u>480.760</u>
Transferência para superávit acumulado	-	24.432	(24.432)	-
Déficit do exercício	-	-	(189.052)	(189.052)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>433.388</u>	<u>47.372</u>	<u>(189.052)</u>	<u>291.709</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Refazer - Grupo de Apoio à Criança e ao Adolescente

Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Em reais)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u> (não auditado)
Das atividades operacionais		
Superávit(Déficit) do exercício	(189.052)	24.432
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	28.435	30.598
Recursos de patrocínios para realização de projetos	(546)	(9.343)
Baixa de depósitos judiciais	-	1.309
	<u>27.889</u>	<u>22.565</u>
(Acréscimo)/ decréscimo em ativos		
Adiantamento a parceiros	(697)	(200)
Outros ativos	4.764	3.692
Despesas antecipadas	(589)	(3.558)
	<u>3.479</u>	<u>(66)</u>
Acréscimo/ (decréscimo) em passivos		
Obrigações com empregados	(4.285)	8.471
Contas a pagar	(6.835)	6.457
Obrigações sociais e tributárias a recolher	999	(78)
	<u>(10.121)</u>	<u>14.850</u>
Caixa líquido (aplicado nas)/ proveniente das atividades operacionais	<u>(167.805)</u>	<u>61.781</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Acréscimo do imobilizado	(5.231)	(29.700)
Acréscimo de intangível	-	(3.169)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(5.231)</u>	<u>(32.869)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Movimentação financeira sobre recursos vinculados a projetos	547	9.342
Ingressos de empréstimos	2.046	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	<u>2.593</u>	<u>9.342</u>
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(170.443)</u>	<u>38.254</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	220.483	182.229
No final do exercício	<u>50.040</u>	<u>220.483</u>
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(170.443)</u>	<u>38.254</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

REFAZER GRUPO DE APOIO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (Em reais)

1. Contexto operacional

O REFAZER - Grupo de Apoio à Criança e ao Adolescente (“REFAZER ou Entidade”), localizado na Rua Hans Staden 34, Botafogo, Rio de Janeiro foi fundado em setembro de 1995 por profissionais do Instituto Fernandes Figueira (IFF/Fiocruz) e voluntários da sociedade civil. A iniciativa foi um esforço para responder ao desafio que a alta hospitalar no Brasil impõe às populações de baixa renda, isto é, o retorno às condições que geram as patologias e seu possível agravamento. Inicialmente o REFAZER funcionava no próprio IFF, mas hoje realiza suas atividades em sua sede, em Botafogo com o objetivo de:

- Promover atividades de assistência humanitária e social em prol da clientela carente do Instituto Fernandes Figueira – hospital referência no tratamento materno infantil e que é uma unidade da Fundação Oswaldo Cruz;
- Suprir demandas dos pacientes carentes, deficientes ou não, do referido hospital, após a alta hospitalar ou para possibilitá-la quando encaminhados ao REFAZER - Grupo de Apoio à Criança e ao Adolescente, na forma da regulamentação estabelecida para este fim;
- Estender a assistência aos familiares dos pacientes, com a finalidade de aliviar-lhes as maiores carências, que afetam ou impossibilitam a recuperação de seus doentes;
- Proporcionar ou facilitar o acesso a informações sobre saúde, educação e habitação, lazer, cultura e trabalho, para promover a melhoria da qualidade de vida de seus assistidos;
- Colaborar com os profissionais do IFF na promoção, prevenção e reabilitação da saúde de sua clientela;
- Estabelecer convênios com instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, para a consecução de seus objetivos humanitários e sociais.

Para cumprir a sua missão, o Refazer obtém receita através de doações de pessoas físicas e jurídicas, bem como através de vendas em Brechó e Eventos Beneficentes.

2. Políticas contábeis

2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Entidade foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a Entidade sem finalidade de lucros, considerando a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/2012, bem como pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A moeda funcional da Entidade é o Real (R\$). Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em reais.

As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela Diretoria em 10 de maio de 2018.

2.2. Resumo das principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos ou outros fins. A Entidade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa estando sujeita um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem um vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b) Contas a receber

Estão apresentados considerando-se os valores estimados de sua realização, líquidas do ajuste a valor presente, quando aplicável.

c) Reconhecimento de receitas e custos

As receitas oriundas de doações e contribuições são registradas conforme a determinação da ITG 2002 (Entidades sem finalidade de lucros) do CFC, mediante documento contábil, quando da entrada efetiva de recursos. Todas as demais receitas e despesas necessárias a manutenção das suas atividades são registradas pelo regime de competência

d) Imobilizado e intangível

O imobilizado e o intangível são registrados ao custo de aquisição ou construção, deduzindo das respectivas depreciações e amortizações acumuladas calculadas pelo método linear, com base nas vidas úteis estimadas dos bens. Gastos com reparos e manutenção que não aumentaram a vida útil do ativo são reconhecidos como despesas quando incorridos.

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil, líquido excede o valor recuperável, e constituída provisão para perdas ajustando o valor contábil ao valor recuperável.

e) Recursos de terceiros vinculados a projetos

Os recursos de patrocínios a aplicar em projetos e as respectivas aplicações são registrados em conta específica de passivo circulante e não circulante (vide Nota Explicativa nº6), não influenciando o superávit/ (déficit) da Entidade.

f) Tributos e contribuições

Por ser uma Entidade sem finalidade de lucros, a Entidade está isenta do recolhimento do imposto de renda e da contribuição social, conforme disposto no artigo 15 da lei nº9.532/97, desde que atendendo aos requisitos previstos nas alíneas “a” a“e”, do 2º , do artigo 12 da citada Lei, a saber:

- Não remunerar, por qualquer forma seus dirigentes pelos serviços prestados;
- Apresentar, anualmente, declaração de rendimentos em conformidade com o disposto em ato Secretaria da Receita Federal;
- Não apresentar Superávit em suas contas ou caso apresente em determinado exercício destine o referido resultado, integralmente, a manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais;
- Não contribuir para a prática que constitua infração disposto da legislação societária;
- Não observar os requisitos legais dispostos no artigo 32 da lei Nº9.430/96.

A Constituição para o Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para Financiamento de Seguridade Social - COFINS: conforme o artigo 13 da Medida Provisória (MP) nº 2158-35 de 2001, as entidades sem fins lucrativos que tenham empregados, tal como definidos pela Legislação Trabalhista, contribuirão para o PIS com uma quota fixa de 1% incidente sobre a folha de pagamento mensal. Tais Entidade são isentas de PIS sobre receitas nos termos do &1º, do artigo 14 da MP nº 2158-35/01, desde que preencham os requisitos previstos no artigo 12 da Lei nº9.532/97.

No que diz respeito a COFINS, o inciso X, do artigo 14 da MP nº2158-35 de 2001 determina a não incidência sobre receitas das instituições sem fins lucrativos. Também nesse caso, o gozo da isenção depende do preenchimento dos requisitos previstos no artigo 12 da Lei nº9532/97.

A Entidade goza de imunidade relativa ao ISS, com fulcro no Artigo 150, Inciso VI, Alínea C - Constituição Federal, que veda a instituição de impostos sobre patrimônio, renda ou serviços das instituições de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei. Esta vedação compreende somente o patrimônio, a renda e os serviços, relacionados com as finalidades essenciais de tais entidades.

A Entidade vem cumprindo com os requisitos previstos na Lei nº 9.532/97 para o gozo das isenções mencionadas.

g) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Instituto de Educação tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através de desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

h) Demais ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos.

3. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Conforme demonstrado a seguir, compreendem os saldos de caixa e depósitos bancários à vista:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e bancos		
Caixa	2.123	1.900
Depósitos bancários à vista	14.780	27.399
Total de caixa e bancos	16.903	29.299
Total de caixa e bancos pertencentes ao Refazer	3.449	29.299
Total de caixa e bancos vinculados a projetos	13.454	-
Aplicações Financeiras		
Aplicações Banco do Brasil – DI 500 – Conta 16688-X	46.591	185.214
Aplicações Banco do Brasil – DI 500 – Conta 26744-9	106.214	126.184
Total das aplicações financeiras (a)	152.805	311.398
Total das aplicações financeiras pertencentes ao Refazer (b)	46.591	191.184
Total das aplicações financeiras vinculadas a projetos (c)	106.214	120.214
Total	169.708	340.697
Total de caixa e equivalente de caixa – Refazer	50.040	220.483
Total de recursos vinculados a projetos	119.668	120.214

- (a) Representada por Fundos de Investimentos - DI atrelados a variação do CDI, com remuneração média de 99% do CDI em 31 de dezembro de 2017 e 2016;
- (b) Aplicação financeira não vinculada a projetos e dessa forma, classificada como caixa e equivalente de caixa;
- (c) Como essas aplicações financeiras estão vinculadas a projetos não foram classificadas como “caixa e equivalentes de caixa” no balanço patrimonial e na demonstração do fluxo de caixa.

4. Contas a receber

Os valores são relativos à recebimentos de operadoras de cartões de crédito provenientes de vendas do bazar, os quais são recebidos no prazo médio de 30 dias.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Operadora de Cartão de Crédito	20.305	14.594
Total	20.305	14.594

5. Imobilizado e intangível

- a) Os detalhes do ativo imobilizado e intangível da Entidade estão demonstrados nas tabelas a seguir:

Descrição	% de taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2016
Edificações	4%	543.648	543.648
Máquinas e equipamentos	10%	29.817	24.587
Instalações	10%	850	850
Móveis e utensílios	10%	32.204	32.203
Computadores e periféricos	20%	37.906	37.906
Equipamentos de comunicação	10%	2.900	2.900
Direito de uso - Software	10%	3.170	3.170
Outros	10%	20.567	20.567
Custo total		671.062	665.831
Depreciação e amortização acumulada		(403.690)	(375.255)
Imobilizado líquido		267.372	290.576

- b) Movimentações do ativo imobilizado e do ativo intangível:

Movimentação do ativo imobilizado e ativo intangível em 2017

	Saldo em 31/12/2016	Adições	Depreciação/ amortização	Saldo em 31/12/2017
Edificações	257.787	-	(21.746)	236.041
Máquinas e equipamentos	6.360	5.231	(909)	10.682
Instalações	737	-	(85)	652
Móveis e utensílios	5.190	-	(566)	4.624
Computadores e periféricos	14.410	-	(3.407)	11.003
Equipamentos de comunicação	2.441	-	(290)	2.151
Direito de uso - Software	2.853	-	(634)	2.219
Outros	798	-	(798)	-
Total	290.576	5.231	(28.435)	267.372

Movimentação do ativo imobilizado e ativo intangível em 2016

	Saldo em 31/12/2015	Adições	Depreciação/ amortização	Saldo em 31/12/2016
Edificações	279.533	-	(21.746)	257.787
Máquinas e equipamentos	-	7.002	(642)	6.360
Instalações	822	-	(85)	737
Móveis e utensílios	2.364	5.662	(2.836)	5.190
Computadores e periféricos	-	17.036	(2.626)	14.410
Equipamentos de comunicação	2.731	-	(290)	2.441
Direito de uso - Software	-	3.169	(316)	2.853
Outros	2.855	-	(2.057)	798
Total	288.305	32.869	(30.598)	290.576

6. Recursos de patrocínios para realização de projetos

Saldo formado por recebimento de valores para custear várias despesas de projetos:

	31/12/2017	31/12/2016
a) Projeto Geração de Renda	86.843	120.214
b) Projeto Furnas	13.309	-
c) Projeto Tijolo-Repsol	19.516	-
Total	119.668	120.214

(1.a) Projeto Geração de Renda (Exxon Mobil)

A Exxon faz aportes anuais em abril de cada ano, principal financiadora da Entidade.

A movimentação é demonstrada como segue:

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	120.214	129.556
Recursos recebidos	159.313	173.046
Resultado líquido das aplicações financeiras	7.298	13.999
Recursos aplicados	(199.982)	(196.387)
Saldo a aplicar	86.843	120.214

O Projeto Geração de Renda oferece treinamento de produtos artesanais às mães, cujos filhos são assistidos pelo Refazer, permitindo que essas mães possam confeccionar esses produtos em suas próprias casas. Com esse trabalho, elas ajudam a complementar a renda da família, sem deixar de cuidar de seus filhos.

(1.b) Projeto Furnas

Data de Início: 22/09/2017

Data de Término: 22/04/2018

Valor do Projeto: R\$ 13.497,00

A movimentação é demonstrada como segue:

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	-	-
Recursos recebidos	13.497	-
Recursos aplicados	(188)	-
Saldo a aplicar	13.309	-

A verba originária de Furnas Centrais Elétricas S.A. tem como finalidade a reforma das instalações do Instituto Refazer, principalmente na área destinada ao acolhimento das famílias atendidas, que com regularidade frequentam o Refazer para participar de palestras, atividades socioeducativas e demais práticas oferecidas aos assistidos.

(1.c) Projeto Tijolo (Repsol)

Data de Início: 17/02/2017

Data de Término: 17/02/2018

Valor do Projeto: R\$ 19.516,60

A movimentação é demonstrada como segue:

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	-	-
Recursos recebidos	19.516	-
Recursos aplicados	-	-
Saldo a aplicar	19.516	-

O Projeto Tijolo busca melhorias das condições de habitação das crianças e adolescentes portadores de doenças crônicas encaminhadas pelo Instituto Fernandes Figueira (IFF), cuja inadequação das moradias impede a melhoria de seu estado de saúde. Deste modo, esse projeto pretende elevar os padrões de habitabilidade e qualidade de vida das famílias atendidas.

7. Obrigações com empregados

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Provisão de férias	19.109	23.076
Provisão de encargos s/ férias – INSS e FGTS	1.529	1.846
	20.638	24.922

8. Contas a pagar

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Fornecedores	16.606	12.440
Construir Arquitetura e Serviços Ltda (a)	12.449	24.376
Contas a pagar	7.695	6.769
Total	36.750	43.585

(a) Pagamento parcelado de ação trabalhista transitada e julgada.

9. Patrimônio líquido

Compreende a dotação inicial, acrescida dos valores dos superávits e diminuída dos déficits ocorridos. Em caso de dissolução da entidade, o remanescente do seu patrimônio líquido será, por deliberação dos associados, destinado a entidade de fins não econômicos que, preferencialmente, tenha o mesmo objetivo social do Refazer, sendo vedado aos associados e membros receberem em restituição as contribuições que tiverem prestado ao Refazer.

10. Receita operacional líquida

	31/12/2017	31/12/2016
Venda de mercadorias (grife e brechó) (i)	89.090	128.539
Taxa administrativa (ii)	325.545	374.056
Doações recebidas (iii)	121.331	130.289
Outras receitas (iv)	76.330	81.730
Total	612.296	714.614

- (i) Receita com vendas de vestuário.
- (ii) Receita de associados que contribuem mensalmente.
- (iii) Receitas oriundas de doações.
- (iv) Em sua maioria, receita de organização de eventos tais como aluguel de espaço para barracas, bingos, rifa, estacionamentos, etc.

11. Despesas com pessoal

	31/12/2017	31/12/2016
Proventos	183.405	179.693
Encargos sociais	15.332	15.901
Indenizações trabalhistas	27.605	2.705
Benefícios	33.315	35.830
Outras despesas com funcionários	761	1.462
Total	260.418	235.591

12. Serviços prestados

As despesas com prestadores de serviços são discriminadas a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Serviços contratados pessoa jurídica		
Contabilidade	15.795	18.800
Informática	8.308	6.386
Assessoria cadastral	190	-
Serviços médicos	655	-
Serviços gráficos	2.386	2.366
Segurança e vigilância	3.563	3.196
Assistência técnica	2.000	3.235
Eventos	3.200	6.404
Limpeza de imóveis	10.724	10.861
Marketing	34.590	30.462
Outros serviços	11.155	5.241
Total	92.567	79.193

13. Resultado financeiro

	31/12/2017	31/12/2016
Despesas financeiras:		
Despesas bancárias	(13.790)	(18.808)
Juros pagos	(53)	(15)
Multas de pagamentos em atraso	(270)	(220)
Juros bancários	(3)	-
Tributos s/ operações financeiras	(2.891)	(3.618)
	(17.007)	(22.661)
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações financeiras	12.504	18.497
Descontos obtidos	240	556
	12.744	19.053
Resultado financeiro	(4.263)	(3.608)

14. Despesas administrativas

	31/12/2017	31/12/2016
Ocupação	21.110	2.258
Serviços públicos	29.121	26.823
Tributos	2.118	3.077
Despesas gerais		
Táxi e conduções	28.521	25.744
Depreciações e amortizações	28.435	30.598
Ajuda de custo	34.635	40.868
Eventos	9.005	7.530
Outras despesas	10.143	25.474
Subtotal	110.739	130.214
Despesas com doações (*)		
Medicamentos	88.198	63.238
Suplementos alimentares	154.293	110.900
Materiais hospitalares	26.117	21.492
Subtotal	268.608	195.630
Propaganda e publicidade	-	230
Outros	12.405	13.558
Total	444.101	371.790

(*) As despesas com doações são destinadas as famílias assistidas pelo Refazer.

15. Cobertura de seguros

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos (imóveis, equipamentos e veículos) por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes.

Seguradora	Vigência	Cobertura	Valor
Seguros Sura S/A	05/2017 – 05/2018	Incêndio / Raio / Explosão	R\$ 400.000
Seguros Sura S/A	05/2017 – 05/2018	Riscos comerciais	R\$ 5.000
Seguros Sura S/A	05/2017 – 05/2018	Queda de raio	R\$ 40.000
Seguros Sura S/A	05/2017 – 05/2018	Roubo e furto	R\$ 20.000

16. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros correntemente utilizados pela Entidade restringem-se às aplicações financeiras de curto prazo em condições normais de mercado (CDI). Esses instrumentos visam a liquidez, a rentabilidade e a minimização de riscos. A Entidade não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou em quaisquer outros ativos de riscos.

17. Remuneração dos Administradores

Por se tratar de Entidade sem fins lucrativos, o Refazer não remunera os seus diretores estatutários, conforme previsto no seu estatuto.

18. Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS

O Refazer – Grupo de Apoio à Criança e ao Adolescente ajuizou Ação Declaratória nº 0230924-45.2017.4.02.5101 para o reconhecimento de imunidade quanto ao recolhimento de tributos e contribuições federais, bem como a inconstitucionalidade da Lei Federal nº 12.101/09 (alterada pela Lei nº 12.868/13), regulamentada pelo Decreto nº 8.242/14, diante do indeferimento da renovação do CEBAS ao Refazer. Dessa forma, o montante de R\$ 182 mil referente ao INSS patronal dos anos de 2015 a 2017, enquanto não concedida liminar, não está com exigibilidade suspensa. A opinião dos assessores jurídicos da Entidade julga a perda da Ação Declaratória como possível, razão pela qual a Entidade não registrou a referida provisão para perdas judiciais.

* * *

